



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO A
DISTÂNCIA- PROEAD
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

JAIRO RAMOS CRUZ

**PORTO DO CAPIM EM JOÃO PESSOA/PB: OCUPAÇÃO POPULAR E
REUBARNIZAÇÃO EM DISPUTA**

JOÃO PESSOA-PB

2023

JAIRO RAMOS CRUZ

**PORTO DO CAPIM EM JOÃO PESSOA/PB: OCUPAÇÃO POPULAR E
REUBARNIZAÇÃO EM DISPUTA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado junto à coordenação do curso de licenciatura em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, através da Pró-reitora de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância, em cumprimento aos requisitos necessários para obter o título de Licenciado em Geografia. Sob a orientação do Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto.

Linha de Pesquisa: Geografia Urbana.

JOÃO PESSOA-PB

2023

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C957p Cruz, Jairo Ramos.
Porto do Capim em João Pessoa/PB [manuscrito] :
ocupação popular e reurbanização em disputa / Jairo Ramos
Cruz. - 2023.
36 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação EAD em
Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, EAD - João
Pessoa, 2023.

"Orientação : Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto,
Coordenação do Curso de Geografia - CH. "

1. Porto do Capim. 2. Espaço urbano. 3. Reurbanização. I.
Título

21. ed. CDD 711.4

JAIRO RAMOS CRUZ

**PORTO DO CAPIM EM JOÃO PESSOA/PB: OCUPAÇÃO POPULAR E
REUBARNIZAÇÃO EM DISPUTA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado junto à coordenação do curso de licenciatura em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, através da Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância, em cumprimento aos requisitos necessários para obter o título de Licenciado em Geografia. Sob a orientação do Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto.

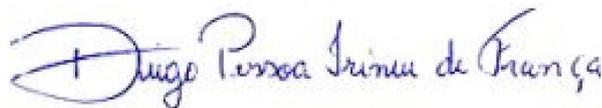
Linha de Pesquisa: Geografia Urbana.

Aprovado em: ___13___/___09___/___2023___

Banca Examinadora



Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto UEPB/CH/DG
Orientador (Doutor em Sociologia pela UFPB/UFCG)



Prof. Diego Irineu Pessoa (UEPB/CH/DG)
Doutor em Geografia pela UNESP/SP.



Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues (UEPB/CH/DG)
Doutorado em Geografia pela UFRN

Dedico este trabalho a todos aqueles que estão dispostos a mudança. A todos que acreditam na educação como ferramenta de transformação e aos que estiveram comigo nessa jornada.

AGRADECIMENTOS

A minha esposa Josy, por todo apoio dado a mim durante essa jornada, por ser a pessoa que mais me apoia e acredita na minha capacidade, meu agradecimento pelas horas em que ficou ao meu lado não me deixando desistir e me mostrando que sou capaz de chegar onde desejo, e que sempre me incentivou a chegar até aqui.

Ao meu orientador o Dr. Belarmino Mariano Neto, por dedicar grande parte do seu tempo para me ajudar na elaboração deste trabalho, com sua grande contribuição.

A toda a minha família por toda a contribuição direta e indireta que me prestaram durante todo esse processo.

A todos os professores do Curso de Geografia da UEPB, que contribuíram ao longo de toda essa caminhada, com aulas muito proveitosas que ajudaram para a realização deste trabalho.

A todos os meus colegas das turmas que passei, que durante todos esses anos, fizeram parte da minha vida e ficarão guardados na minha memória, pelas brincadeiras, risadas e muito conhecimento que compartilhamos juntos durante toda essa jornada.

“A educação modela as almas, e recria os corações, ela é a alavanca das mudanças sociais.”

Paulo Freire

RESUMO

Com a pesquisa foi possível fazer uma análise sobre a ocupação popular e reurbanização do Porto do Capim em João Pessoa/PB. Essa importante comunidade nascida às margens do Rio Sanhauá é abandonada pelos órgãos públicos e, por isso, deve-se ter um olhar diferenciado para toda a dimensão sociocultural existente naquele lugar. Os objetivos específicos foram: a) verificar a situação atual da área do Porto do Capim, reconhecendo as dificuldades e lutas pela tradição cultural; b) refletir sobre uma proposta alternativa e viável que seja como um meio termo e outras formas de readequação, sem o prejuízo afetivo e cultural e tradicional da comunidade; c) discutir a viabilidade do projeto proposto pela Prefeitura de João Pessoa, identificando causas e efeitos com a implantação do Parque Ecológico Sanhauá e d) Estudar questão da reurbanização do Porto do Capim. Entre os autores que deram base estudo destacamos está Santos (1978); Gonçalves (2019); Araújo (2006); Aguiar (1992); entre outros. Já nos procedimentos metodológicos fez-se o levantamento bibliográfico e a análise geográfica da realidade urbana do Porto do Capim. A comunidade do Porto do Capim é formada, hoje, por mais de 500 famílias e em sua maioria são originárias do fim do porto, tendo se estabelecido na área por quase 80 anos. A cidade foi fundada em 1585, às margens do Rio Parahyba, formando dois núcleos urbanos principais: a Cidade Baixa, (Varadouro) que era caracterizada pelo cais do porto e por atividades de comércio e serviços e, até então, a única centralidade até a década de 1960, quando se iniciou o processo de expansão da cidade de João Pessoa.

Palavras Chave: Porto do Capim; Reurbanização; Espaço Urbano.

ABSTRACT

This research seeks to analyze the popular occupation and reurbanization of Porto do Capim in João Pessoa - PB. This important community born on the banks of the Sanhauá River is forgotten by public bodies and, therefore, one must have a different look at the entire socio-cultural dimension existing in that place. The specific objectives were: a) to verify the current situation of the Porto do Capim area, recognizing the difficulties and struggles for cultural tradition; b) reflect on an alternative and viable proposal that is like a middle ground and other forms of readjustment, without the affective, cultural and traditional damage of the community; c) discuss the viability of the project proposed by the João Pessoa City Hall, identifying causes and effects with the implementation of the Sanhauá Ecological Park and d) Study the issue of Porto do Capim's reurbanization. Among the authors who supported the study, we highlight Santos (1978); Gonçalves (2019); Araújo (2006); Aguiar (1992); between others. In the methodological part, a bibliographical survey, and a geographical analysis of the urban reality of Porto do Capim were carried out. Today, the Porto do Capim community comprises more than 500 families, most of whom come from the end of the port, having settled in the area for almost 80 years. The city was founded in 1585, on the banks of the Parahyba River, forming two main urban centers: Cidade Baixa, (Varadouro) which was characterized by the port pier and commerce and services and, until then, the only centrality until the 1960s, when the process of expansion of the city of João Pessoa began.

Keywords: Porto do Capim; Reurbanization; Urban Space.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Fotografia da Cidade de João Pessoa no Estado da Paraíba	24
Figura 02: Foto da Cidade de João Pessoa – PB.....	24
Figura 03: Fotografia do Bairro do Porto do Capim às margens do Rio Paraíba ...	25
Figura 04: Fotografia do Trapiche do Porto do Capim	25
Figura 05: Fotografia de embarcações na maré baixa do Porto do Capim.....	25
Figura 06: Fotografia do Rio Sanhauá.....	26
Figura 07: Fotografia da Vista aérea parcial do bairro do Varadouro (centro histórico) e do Porto do Capim.....	27
Figura 08: Revitalização do Porto do Capim.....	28
Figura 09: Mangues.....	29

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

EAD	EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA
IPHAN	INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
PAC	PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO
PB	PARAÍBA
PROEAD	PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
UEPB	UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO:	13
2.	REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1	A COMUNIDADE DO PORTO DO CAPIM NO CONTEXTO GEOHISTÓRICO DE JOÃO PESSOA.....	16
3.	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
4.	RESULTADOS E DISCUSSÕES	22
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
	REFERÊNCIAS	35

1 INTRODUÇÃO

A comunidade do Porto do Capim na cidade de João Pessoa é formada, hoje, por mais de 500 famílias e em sua maioria são originárias do fim do porto, tendo se estabelecido na área por quase 80 anos (GONÇALVES, 2019). A cidade foi fundada em 1585, às margens do Rio Parahyba (*tupi-guarani tem o significado de rio ruim*), formando dois núcleos urbanos principais: a Cidade Baixa, (Varadouro) que era caracterizada pelo cais do porto e por atividades de comércio e serviços e, a única centralidade até a década de 1960, quando se iniciou o processo de expansão da cidade; e a Cidade Alta, área de predominância residencial e a presença de conjuntos arquitetônicos religiosos, passando por incentivos de modernização da cidade, abre os caminhos que desaguam o curso do desenvolvimento urbano nas margens do Oceano Atlântico (GONÇALVES, 2019).

O objetivo geral foi analisar a questão da ocupação popular e uma reurbanização do Porto do Capim, expor para a sociedade e chamá-la a crítica, algumas considerações acerca desses processos comuns nos diversos centros urbanos, o espectro da remoção de famílias dos seus lares em detrimento da necessidade iminente da "revitalização" urbana. A retirada de moradores e populações tradicionais sem consulta prévia.

Já os objetivos específicos são : a) verificar a situação atual da área do Porto do Capim, reconhecendo as dificuldades e lutas pela tradição cultural; b) refletir sobre uma proposta alternativa e viável que seja como um meio termo e outras formas de readequação, sem o prejuízo afetivo e cultural e tradicional da comunidade; c) discutir a viabilidade do projeto proposto pela Prefeitura de João Pessoa, identificando causas e efeitos com a implantação do Parque Ecológico Sanhauá e; d) estudar a questão da reurbanização do Porto do Capim.

Na pesquisa evidenciou-se que os problemas identificados põe em xeque princípios democráticos, exclusões da população na participação das decisões inerentes a elas. Queremos buscar entender qual é a real necessidade dessas ações e se poderia ser realizada de uma forma mais democrática com a participação da comunidade de forma mais protagonista. Esse é o contexto que iremos abordar neste trabalho, uma vez que a questão da reurbanização se faz presente nessa área e que dialoga com a temática.

A sociedade sempre esteve muito vinculado à natureza e, dessa forma,

fazendo-se sempre inerente e muito presente no seu convívio, visto que dela saiu e se tornou humano. Essa foi a sua primeira condição, fazendo-se sujeito e se induzindo diante do mundo de forma que não podendo ignorar essa realidade. A afirmação da incapacidade diante desse mundo o fez sair do seu habitat particular para enfrentar o desconhecido imponderável (Rousseau,1973).

A natureza se transforma em ritmos muito distintos ao homem, mesmo assim o homem habita e altera a sua fisionomia resultando em criação e sofisticação da extração e produção de suas riquezas que é a grande responsável pela complexa relação entre o homem e o espaço em que vive. Segundo Santos (1978):

Produzir significa tirar da natureza os elementos indispensáveis à reprodução da vida. A produção, pois supõem uma intermediação entre o homem e a natureza, através das técnicas e dos instrumentos de trabalho inventados para o exercício desse intermédio. (Santos, 1978, p. 161/162)

Então, nesse processo de descobrimento e produção das condições de sua sobrevivência, ele se torna desafiado pelas suas próprias necessidades de existência como ser e fazer se articulando nas relações homem-trabalho-técnica-natureza e, dessa forma, passando a transformar o espaço conforme suas necessidades e os seus limites da caverna primordial para se tornar senhor do seu espaço, alargando o seu quintal, sua vila, etc.

A ferramenta de transformação dessa natureza foi o seu trabalho cuja sofisticação técnica acelera as especializações entre as suas funções na lida com a natureza. A construção permanente de uma natureza artificial é sinônimo desse espaço humano, um produto humano do seu trabalho (Santos, 1978). O tempo tem seu movimento e fluxo, porém o homem faz uma parada com o objetivo de construir um lugar no espaço, um ponto no tempo chamado lugar, tomando uma forma, uma parada no caminho para se atingir o que se imagina para o seu futuro.

O amor pelo lugar é como uma função do tempo e que, apesar das características do homem moderno como andarilho ele não tem em seu deslocamento tempo para se agarrar, a apreciação do lugar se torna quase sempre superficiais, levando muito tempo para se afeiçoar, porém a partir de uma mistura particular de vistas, paisagens, cheiros, sons, e a harmonização sem precedentes e fenomenais de ritmos naturais e artificiais o sentir esse lugar se torna parte de nós, sendo assim registrados em todos os nossos sentimentos no mais profundo de nossas entranhas, essa experiência com o nosso lugar pode ser intensa ou discreta, sofrida ou

prazerosa, ocorrida ao longo de uma vida inteira e por toda a sua trajetória.

os lugares “[...] São aqueles que o homem habita dentro da cidade que dizem respeito ao seu cotidiano e ao seu modo de vida, onde se locomove, trabalha, passeia, se diverte, isto é, pelas formas através das quais o homem se apropria e vão ganhando o significado dado pelo uso” O lugar é revelado na vivência diária e cotidiana do indivíduo com aquilo que está mais próximo a ele, essa familiaridade que é diferente de tudo e transforma o espaço em lugar habitado e habitável independente de suas problemáticas. O tempo e a memória são quem dão veracidade, assegurando assim uma feição que identifica o espaço como nosso lugar (Carlos, 1996, p. 22).

Estruturalmente este trabalho organiza-se da seguinte forma: no primeiro capítulo, encontra-se a introdução, na qual se faz uma apresentação e abordagem geral do trabalho. No segundo capítulo, apresenta-se o referencial teórico, que servirá de base para as análises dos dados coletados na presente pesquisa, nele pesquisamos alguns autores como Aguiar (1992), Araújo (2006), Gonçalves (2019), Santos (1978), entre outros que foram de grande relevância para entendermos um pouco sobre a história.

No terceiro capítulo, foram abordados os procedimentos metodológicos usados para a realização da investigação. Lá determinação de que forma a pesquisa foi feita e aplicada. No quarto capítulo, discute-se os resultados obtidos através das análises e o que foi possível verificar por meio dos dados coletados.

Além dos capítulos apresentados, foram escritas as considerações finais, onde expomos o que foi mais relevante sobre a pesquisa e o que concluímos diante dela, mostrando o processo de ocupação e reurbanização do Porto Capim.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Inicialmente, dividimos esse capítulo em dois, explanando a parte teórica baseado em outros autores que foram de extrema relevância para a construção do trabalho. Em cima das discussões deles, falou-se o conceito de pobreza explanando a comunidade do porto Capim no contexto geohistórico de João Pessoa. Já no terceiro estão os procedimentos metodológicos, ou seja, as ferramentas que ajudaram na coleta e apresentação de dados.

É importante esclarecer que o referencial teórico ou a revisão de literatura foca diretamente nos temas da geografia urbana, em que os autores gerais, se encontram com trabalhos e com pesquisas feitas, tanto sobre a comunidade do Porto do Campim, quanto de autores que pesquisaram o espaço urbano de João Pessoa, incluindo

historiadores que dedicaram parte de seus estudos a histórica de João Pessoa, como um das mais antigas cidades do Brasil.

2.1 A COMUNIDADE DO PORTO DO CAPIM NO CONTEXTO GEOHISTÓRICO DE JOÃO PESSOA

De acordo com Pessanha (2022), existe uma ideia de pobreza relativa, estabelecida a partir da privação dentro da sociedade. Sempre considerados como indicadores as condições locais e temporais específicas. No estudo em tela, essa situação social de privação é notória, em especial quando os estudos se voltam para a pobreza urbana ou nas cidades.

Entende-se que o problema de todos os cidadãos começa e termina na pobreza, ela que é a grande responsável pela degeneração da sociedade e a criação de circunstâncias que levam a extremos as classes mais vulneráveis de uma sociedade, pois segundo Santos (2013) ninguém passa a morar em favelas ou cortiços por pura escolha, mas as condições de dificuldades de se viver têm gerado esses exército de degradados e desterrados por todo o mundo, dessa forma, faz -se necessário entender que uma definição de pobreza é local e, portanto, diferente em todas as partes do mundo.

A confusão nas formulações teóricas são falsas e incompletas representando uma verdadeira armadilha. Uma grande parte dos pesquisadores reclamam de que as estatísticas são inadequadas ou insuficientes por não serem adaptáveis ou terem problemas de interpretação, tudo isso feito com o intuito de adaptá-las às necessidades políticas ou ajustes a condições locais Feder (1973)

Em geral as perguntas de maior influência se subordinam a um modelo internacional que não condiz com a realidade estudada. Isso torna difícil uma compreensão e comparação das realidades locais por se desenvolver um material mal selecionado gerando uma falsa interpretação. Essa elaboração de estatísticas obedece a uma transferência de conceitos particularmente europeu ou da américa do norte sendo aplicadas para países subdesenvolvidos. Isso tudo além de ser totalmente diatópico das nossas condições na América Latina também geram um instrumento de pesquisa com base em ideias preconceituosas (Santos, 1978, p 5-6).

Dessa forma, cabe a todos da sociedade civil, intelectuais, universidades, meios de comunicação, entre outros, a difusão das condições precárias de qualidade

de vida nas pequenas e grandes cidades, alertando o poder público para intervir com ações e criações de políticas públicas para sua população (Pires, 2019).

A existência dos pobres em todas as partes do mundo faz com que seja refletida a atuação do poder público. Como se pode explicar esse problema quando temos uma multiplicidade de interpretações que em sua maioria nunca fornece uma explicação razoável. Ficamos impactados como alguns pesquisadores ainda usam fenômenos climáticos para tentar explicar a pobreza. Outros no bom manuseio das estatísticas o seu intuito particular imprime o pensamento que a educação seria o instrumento de integração para a modernização como se os pobres tivessem algum poder de decisão sobre a qualidade de educação que poderiam ter (Pires, 2019).

Quando nós sabemos que o próprio processo de educação está condicionado pelas necessidades da produção. Também imputa-se a pobreza e sobretudo a pobreza urbana ao crescimento demográfico. a pobreza atual da América Latina não se explica pela explosão demográfica, mas podemos dizer que uma ou outra tem de forma direta ou indireta influência externas ao país. (Pires, 2019)

O êxodo rural assumiu grandes proporções na década de 1950 o que o levou a ser condenado. Alguns estudos como também em documentos dos planejadores se falava que a economia urbana não estava em condições de acolher a grande quantidade de migrantes que seriam responsáveis pela pobreza. (Garcia, 1973) As migrações não poderiam ser responsáveis direto pelo processo de marginalização, pois seriam as migrações as raízes e fontes dessa marginalidade. Ou seja, a própria pobreza gerou imputação da migração. (Garcia, 1971)

Com crescente volume aumentando vertiginosamente, a maioria desses cidadãos não consegue emprego nas cidades então é legal falar de hiperurbanização, pseudourbanização e urbanização caótica (Santos, 2013) de toda uma forma que procura expressar que a cidade não consegue suprir a necessidade de emprego e trabalho a um grande e crescente número de habitantes julgados de excessivos. Aqui encontramos uma polêmica frustração quando se trata de urbanização. De um lado os defensores que a cidade seria o porto para a erradicação da pobreza das massas e outros impressionados pela multiplicação no meio urbano de suas chagas sociais, e as carências econômicas, da pobreza em massa ainda mais visível que agora vem ser a causa de todos os males. (Santos, 2005)

Santos (2013) diz que não existe setor tradicional que toda a economia e sociedade estão inerentes a modernização porém em níveis diferentes qualitativos e quantitativos. Os setores podem ser vistos separados ou autônomos, porém, é a modernização em pleno período tecnológico que se tornou responsável pelo crescimento do subemprego e pela marginalização. Defendida em massa como sendo a ideia do crescimento econômico com base na modernização tecnológica encontra-se a teoria que se atribui o “atraso” e a pobreza dos países subdesenvolvidos e sua falta de capital doméstico para investimento na indústria. a falta seria uma consequência do efeito-demonstração: Imitando o consumismo do primeiro mundo as pessoas não conseguem poupar.

Isso não passa de do fruto de uma posição etnocêntrica dos economistas ocidentais do que uma observação dos fatos reais. Porém essa posição falsa mas tão largamente aceita acaba justificando a entrada de capital estrangeiro recomendado nos planos de desenvolvimento o que faltaria no capital local. (Filho, 2005).

Esse argumento de substituir a poupança interna com a invasão do capital estrangeiro é falso porque aumenta a invisibilidade dos investimentos porque uma grande parte do capital local torna-se ociosa em vez de rentável favorecendo a fuga para países ricos acumulando nos bancos para depois retornarem aos seus países de origem os quais investidos em rentabilidade multiplicam-se cada vez mais. Esses investimentos econômicos não contribuem para o fortalecimento do emprego nem na vida das populações, porém apenas para agravar ainda mais a pobreza.

A perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas. Todas essas mazelas são diretas ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização”. (Santos, 2008, p. 10).

No Brasil, o aprofundamento das desigualdades sociais é gerado pela globalização que vem criando processos denominados de exclusão social. Processos estes que estão acompanhados de uma urbanização, a qual deve ser compreendida como uma das causas mais importantes das transformações recentes e também na elaboração de respostas e hipóteses à nossa problemática contemporânea. De fato a crise existe e é global e urbana. As condições como são comandadas a economia mundial exercem sua influência sobre os países da periferia, criando uma forma de organização da economia, sociedade e espaço uma transferência de civilização. As

raízes desta crise urbana estão no sistema mundial e é aí que podemos encontrar explicações plausíveis. Faz-se necessário uma análise mais profunda dessas raízes de forma mais correta propondo soluções mais adequadas (Santos, 2018).

A Constituição Federal Brasileira tem por base tudo o que concerne aos direitos e garantias fundamentais. Em seu sexto fundamento é dito que “[...] são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Brasil, 1988).

A Comunidade Porto do Capim é quando a fundação da cidade de João Pessoa, as margens do Rio Parahyba (em seu afluente o Rio Sanhauá) aconteceu, ali era uma área onde se localizava um antigo porto comercial e os portos comunitários que ligavam as margens as ilhas do estuário da cidade de João Pessoa em seus primórdios. Gonçalves (2019).

Na década de 1940, o Porto do Capim foi desativado e o escoamento da produção local passou a ser feito pelo Porto de Cabedelo e pela ferrovia construída para o mesmo fim. Gonçalves (2014). Isso resultou nas dinâmicas de urbanização e desenvolvimento econômico da cidade de João Pessoa e ela passa a ter seu crescimento urbano inicialmente marcado pelo percurso histórico, traçado geograficamente do rio rumo ao mar, o que já se esperava.

E, dessa forma, houve um gradativo esvaziamento do centro como lugar de moradia pelas camadas médias e sociedade local. Por esse motivo, as instalações abandonadas deste antigo porto foram sendo ocupadas, por famílias de trabalhadores desempregados com o fim das atividades portuárias e das casas comerciais e de prestação de serviços desta localidade. (Gonçalves, 2019)

Essas famílias se juntaram às de pescadores, marisqueiros, catadores de caranguejo e outros trabalhadores que já estavam estabelecidos nesta localidade, do rio e do mangue, desde que a cidade foi fundada. Esse processo tem um aceleração natural da nova urbanização da cidade de João Pessoa nas décadas de 1960 e 1970. (Aguiar, 1992)

A desativação do Porto do Capim provocou, entre as décadas de 1940 e 1970, a ocupação desse espaço por uma população vinda das camadas mais pobres da cidade, em especial de famílias de trabalhadores do Antigo Porto, por já desenvolverem uma presença constante e um núcleo residencial naquela área.

(Gonçalves, 2014).

Esse processo de mobilidade socioespacial, com impactos na substituição de população somente fez aumentar a vocação do centro da cidade de João Pessoa para abrigar ainda mais trabalhadores diversos, como: comerciários, ambulantes, pescadores, mecânicos de automóveis, prostitutas, entre outros e que faziam a comunidade produtiva daquela região. (Gonçalves, 2014)

Essas áreas são dotadas de infraestrutura, equipamentos sociais e a proximidade com o centro da cidade fez com que a comunidade se consolidasse, mantendo um forte vínculo com o lugar e, ao mesmo tempo, em que se consolidava, também aconteceu o abandono pelo poder público. Já hoje pode ser classificada como um espaço segregado, devido a ausência de creches, ausências de (políticas de assistência à saúde, moradia digna para várias famílias e serviços públicos básicos, como o esgotamento sanitário e a coleta regular de lixo Gw(2019).

Desde meados dos anos 1980, a região tornou-se foco de atenção de projetos de exploração turística e comercial, o que gerou vários ataques desferidos contra essa comunidade, que deveria ter um protagonismo por ser compreendida como patrimônio cultural da cidade e, ao mesmo tempo, em que precisa ser reconhecida e respeitada no seu direito constitucional (Giannecchini, 2020)

Com o tombamento do centro histórico de João Pessoa pelo IPHAN, em 2007, e, mais recentemente, pela existência do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC/Governo Federal e Prefeitura Municipal, a comunidade tem vivido sob o risco de remoção pelo poder público com a alegação de uma urgente revitalização da cidade antiga e que “a comunidade precisa devolver o Porto à cidade”, fato esse que será possível com a remoção dos moradores do Porto que seriam os responsáveis, entre outras coisas, pela degradação ambiental e urbana dessa área.

O que a torna especial e diferente é por ser uma comunidade estuária com pescadores e trabalhadores consolidados com costumes e modos de organização socioespacial particulares, porém hoje se encontra como área residencial, com um pequeno número de comércio local, escola pública, igrejas e a associação de moradores.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em um primeiro momento realizou-se uma pesquisa bibliográfica, que de acordo com Cervo e Bervian (2002), procurará explicar um problema a partir das referências teóricas publicadas e buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existente sobre um determinado assunto, tema ou problema.

Também foi realizado pesquisas com artigos científicos e na *internet* com a finalidade de aprofundar o conhecimento no tema escolhido e de fundamentar a importância do mesmo. Para Fonseca (2002):

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (Fonseca, 2002, p. 32).

A pesquisa bibliográfica, considerada uma fonte de coleta de dados secundária, pode ser definida como: contribuições culturais ou científicas realizadas no passado sobre um determinado assunto, tema ou problema que possa ser estudado (Cervo & Bervian, 2002) Dentro desta metodologia foi possível abrir um leque de conhecimentos dentro da problemática, onde obtivemos reflexões resultantes que serão marcadas pelo pensamento crítico sobre a cidade, seus agentes e a prática do urbanismo. e para um melhor entendimento, fez-se um levantamento sobre o projeto de revitalização no local. Análises bibliográficas de autores consagrados, teses e monografias, pesquisas anteriores da leitura de documentação referentes a história da comunidade sugerindo reflexões pela pesquisa contínua desenvolvida nessa pesquisa.

Para Lakatos e Marconi (2003) a coleta dos dados é onde se inicia a aplicação de técnicas elaborais e das técnicas selecionadas a fim de se efetuar os dados previstos. Quando a pesquisa e bibliográfica a coleta e feita na literatura que, direta ou indiretamente, trata do assunto. A coleta dos dados foi realizada nos artigos

e escritas da área pesquisada. Os artigos\periódicos levados em consideração como fonte de classificação para esta pesquisas foram do ano de 1971 a 2021.

A pesquisa buscou revistas e artigos científicos da área de Porto Capim, depois da localização desses artigos, iremos realizar tabulação classificatória, com o nome da revista ou evento científico a quantidade de artigos publicados, sua abordagem temática. De base desses dados, realizamos um mapeamento e o análise dos resultados, para saber os principais critérios abordados pelos pesquisadores ao abordar o tema Porto Capim.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A comunidade Porto do Capim ocupa o lugar onde nasceu, em 1585, na cidade de João Pessoa, com uma área de aproximadamente 2,5 hectares, localizada no Centro Histórico, tendo como divisa ao nordeste o rio Sanhauá, afluente do rio Paraíba. Está localizada na área central da cidade de João Pessoa, bem próxima da estação ferroviária e rodoviária, e ao Rio Sanhauá, tem nessas estruturas urbanas e ambientais o apoio fundamental para seus moradores. O Porto do Varadouro, popularmente conhecido como Porto do Capim, foi por muito tempo porto principal da cidade de João Pessoa, fazendo a conexão do interior com os outros Estados. Localizado às margens do Rio Sanhauá, era neste porto onde todo o comércio funcionava. (Silveira et al, 2018)

Até a década de 1920, o Porto do Capim recebia embarcações internacionais, mas, com o tempo, o porto perdeu capacidade, por causa da baixa profundidade e assoreamento do rio Sanhauá, que impedia o atracamento de grandes embarcações. A partir de 1935, com a inauguração do Porto de Cabedelo, e a efetivação do transporte ferroviário de João Pessoa para Cabedelo, o porto foi sendo gradualmente desativado, gerando a decadência dessa área. (Gonçalves, 2019)

A área do antigo polo comercial do Porto do Capim foi esquecida e abandonada pelos poderes públicos, se transformando num cenário decadente comum das áreas centrais da maioria das cidades de ocupação histórica. O que se ganhou com isso foi o surgimento do manguezal, até então inexistente e degradado na era da movimentação econômica do porto. Desta forma, ao longo dos últimos 80 anos, a região do Porto do Capim tem sido habitada por uma comunidade de relação histórica e cultural com o lugar (Gonçalves, 2019):

A população da comunidade foi inviabilizada e esquecida, não houve qualquer consulta participativa nas decisões de relevância pelas ações e projetos dos poderes públicos instituídos e ainda como se não fosse suficiente foi proposta sua remoção da área como pressuposto para uma “revitalização” e inserção da cidade de João Pessoa no mercado turístico de competitividade entre cidades.

Tais ações resultaram em um cenário de conflitos e resistência organizada da comunidade, gerando um processo de gentrificação, onde houve duas fases iniciais de atuação distintas que configuram diferentes formas de organização dos atores sociais referente às políticas de intervenção na cidade de João Pessoa. Essa primeira fase se dá em 1987 com o estabelecimento de um Convênio de Cooperação Internacional entre Brasil e Espanha, dando privilégio a proteção de monumentos em situação de risco, com a criação de normas que restringiam os usos, evitando o processo de descaracterização destes imóveis e a produção de um inventário deste patrimônio. (IPHAN- Instituto Do Patrimônio Histórico E Artístico Nacional, 1987)

O que causou insatisfação e conflitos entre gestores e comerciantes das áreas da Cidade Velha e, dessa maneira, foi criada a figura do “Centro Histórico” de João Pessoa, definido o primeiro perímetro de proteção e elaborado o “Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa”.

A segunda fase se dá em 1998 e foi marcada pela reinvenção da figura do “Centro Histórico”, juntamente com a participação da sociedade civil, através de associações ligadas à educação, à cultura e à arte, culminando com elaboração da primeira revisão do “Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa. IPHAN(1987)

No entanto, recentemente, houve ações e conflitos nesse processo de gestão e participação da sociedade civil como parte dessa problemática mais ampla e que visa à implementação desse espaço urbano na cidade de João Pessoa. Foram ações desmanchadas em 2011 e novamente retomadas em 2015 pela Prefeitura com tentativa autoritária de implantação do “Projeto Novo Porto do Capim”, como parte de um programa de intervenção no Centro Histórico da cidade com recursos aprovados pelo PAC-Cidades Históricas. (Scocuglia, 2018)

Essa vontade do executivo municipal em requalificar a área do Porto Capim é antiga, assim como a reclamação dos moradores e demais membros da rede de

resistência que se insurgiu e que passaram a reivindicar condições dignas de vida e de moradia, bem como o direito à cidade.

A comissão, criada em 2011 por moradores da área, defende que a revitalização seja feita sem a retirada da população, questionando a condição de invisibilidade social de grupos estigmatizados, a produção do espaço urbano e o próprio modelo de cidade que parece transformar a gentrificação e a turistificação numa “estratégia urbana global” (Santos, 1993).

É bastante interessante perceber como os processos de revitalização em várias cidades históricas é bastante comum suscitar uma percepção, digo uma atenção maior sobre os seus moradores. Porém de forma paradoxal essa atenção súbita está bastante longe de se esforçar a compreender e ouvir as necessidades e demandas dessas comunidades que, até então, encontravam-se esquecidas pelo poder público. No entanto, o que podemos constatar é justamente o contrário.

A população tem se tornado um problema para as aspirações do poder público e não há a necessidade da falta de infraestrutura mínima e adequada, assim como o abandono sofrido por décadas a essa população do Porto do Capim à fim de que o poder público possa sanar as necessidades da localidade. A população é, de fato, um obstáculo nas aspirações de gentrificação do poder público, uma vez que muitos não querem sair do local em que estão há muito tempo.

se existe um fato sobre a exclusão social é que ela não é privilégio apenas em João Pessoa, mas em todo o nosso território nacional e ela vem se expandindo juntamente com seu processo de crescimento das pequenas e médias cidades e tem levado consigo as terríveis contradições e conflitos que são inerentes às desigualdades sociais. e da mesma forma dão sustentação a essa famigerada exclusão social. ela é uma das questões que mais se dialoga nesses últimos tempos, embora isso é um direito garantido por lei de constituinte, o direito à moradia decente, educação, alimentação e trabalho ainda não são um direito, de fato, presente nas vidas dos brasileiros de baixa renda. (Santos, 2013).

Essa discussão nos meios acadêmicos ainda é muito tímida e na política ainda não existe uma prioridade para esta discussão visto que esse é um problema constante no Brasil. A exclusão social já está entranhada na sociedade consumista pois faz parte de um dos processos constitutivos capitalista de acumulação, ela se realiza enquanto contradição, contudo, a exclusão social está revestida de novos conteúdos gerados pelas novas formas de sociabilidade que lhe emprestam

Esse figura mostra a região nordeste com ênfase na localização cidade de João Pessoa. E o Porto do Capim localizado ao Noroeste da Cidade. Como indicado pelas referencias históricas e goegráficas, João Pessoa teve sua formação inicial as margens do Rio Sanhuá e daí, ao longo de séculos, se expandiu até o litoral ou orla do Oceano Atlântico (Figura 2)):

Figura 2- Cidade de João Pessoa - PB.

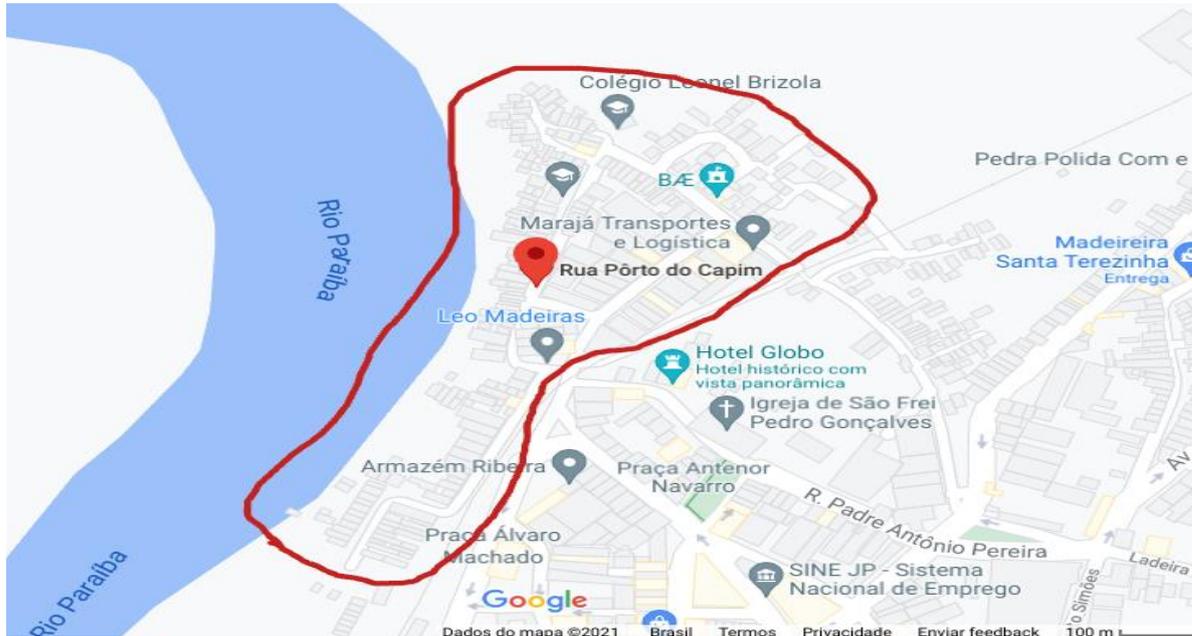


Fonte: Pbtur, 2021

Essa figura 2 foi extraída do site Pbtur (2021) no fim de tarde e mostra de cima a beleza da cidade de João Pessoa, o quanto ela encanta todos que lá visitam. É uma imagem que ressalta a área leste da cidade, com destaque para orla do oceano Atlântico e uma vista panorâmica dos bairros de Cabo Branco, Tambaú, Manaíra e Bessa. Bairros que também nomeiam as praias em restinga em mar aberto em forma de enseadas ou arcos suaves entre terra (praia) e mar.

Contratando com a área moderna da cidade de João, existe a área do Varadouro ou Centro Histórico, onde se localiza o Porto Capim e a comunidade urbana de baixa renda em destaque neste trabalho. É possível afirmar que da orla para as margens do rio Sanhuá, existem muitas diferenças e quase 500 anos de história para o Porto do Capim, enquanto que a ocupação da faixa de praias na cidade de João Pessoa, foram efetivadas de maneira mais radical, a partir das décadas de 1960/1990. O Bairro do Porto do Capim, escolhido para esse estudo (Figura 3):

Figura 3- Bairro do Porto do Capim às margens do Rio Paraíba.



Fonte :Maps (2010)

Essa figura mostra a localização do Bairro do Porto do Capim às margens do rio Paraíba. O mais importante registro dessa área para além de ser na atualidade, um bairro de moradias precárias e de população de baixa renda é, a existência dos prédios mais antigos, oriundos da fundação da primeira cidade da Paraíba e a segunda mais velha cidade do Brasil. Na área antiga foram construídos alguns equipamentos modernos (figura 4):

Figura 4 – Novo Trapiche do Porto do Capim.



Fonte: Jairo Ramos, Arquivo do Autor (2022)

Essa figura foi de autoria própria, onde me deslocuei pra conhecer de perto algumas parte do Porto Capim pra dar início ao trabalho. A parte histórica antiga, registrada nos armazens e casarões existentes no lugar, construíram com esse novo trapiche, via ferrea e casas populares, construídas pelos moradores ao longo do último século. A área foi se transformando em uma vila de pescadores e suas moradias simples. Como o rio Sanhauá, na área do trapiche ainda sofre muita influencia do mar e é contornada por manguezais, se tornou uma importante área de pesca artesanal com canoas (Figura 5):

Figura 5 - Embarcações na maré baixa do Porto do Capim.



Fonte: Jairo Ramos, arquivo do autor, (2022).

Essa figura 5 mostra as embarcações na maré baixa, onde foi super interessante ver de perto esse pontos do Porto Capim e conhecer o processo de ocupação. Como se pode observar, se trata de embarcações de pequeno porte (canoas) e os pescadores locais pescam tanto na água, quanto nas áreas de mangues, com destaque para crustáceos.

Apesar de se observar uma atividade econômica artesanal, em conversas com os moradores, também é comum que muitas pessoas trabalhem no comércio, em atividades domésticas, indústrias e construção civil e a pesca é uma prática tradicional da comunidade. Isso justifica a necessidade de os moradores reivindicarem a permanência de suas moradias no Porto do Capim, que durante décadas foi abandonado pelo poder público municipal e pelos proprietários dos armazens e

depósitos, depois que o Porto foi desativado para o transporte de cargas da cidade de João Pessoa para o Porto de Cabedelo.

É importante registrar que foi no entorno do Porto do Capim que nasceu a Capital do Estado da Paraíba. As imagens fotográficas da área denotam que existe um expressivo complexo arquitetônico, bem degradado, contrastando com as moradias simples dos moradores da comunidade (Figura 6):

Figura 6 - Rio Sanhauá e as suas margens o Porto do Capim, em João Pessoa.



Fonte :ResearchGate (2015).

Essa figura 6 mostra o rio Sanhauá que é considerado o berço de João Pessoa, que nasceu às margens do rio há 429 anos com o nome de Cidade Real de Nossa Senhora das Neves, é localizado no Porto Capim, afluente do Rio Paraíba. Pelo traçado das ruas vemos um crescimento desordenado do espaço urbano e as casas chegam a se ligar diretamente com as áreas de manguesais.

Na medida em que o espaço urbano foi se ampliando, foi possível observar que o traçado urbano foi saído da margem do rio e subindo a baixo relevo, com a abertura de novas ruas e se ampliando para a formação do primeiro bairro, que nasceu no entorno do Porto do Capim e ficou conhecido como Varadouro. Nessa área ainda estão presentes na paisagem, as primeiras construções religiosas, hotéis, prédios comerciais e residências com melhor infraestrutura que as das margens do rio Sanhauá. Como destacado no começo do estudo, essa área passou por um importante processo de recuperação e reconstrução, em parceria do Governo brasileiro,

paraibano e espanhol (Figura 7):

Figura 7-Vista aérea parcial do bairro do Varadouro (centro histórico) e do Porto do Capim



Fonte: Carlos Romero (2015)

Essa vista mostra importantes locais turísticos de João Pessoa, o centro histórico do Varadouro. Na atualidade funcionam armazéns, lojas comerciais, oficinas, além de espaços de museus, bares e restaurantes, além de um intenso trânsito, pois nas imediações do Porto do Capim estão instalados o Terminal Ferroviário de João Pessoa, o Término Rodoviário dos ônibus urbanas (integração de passageiros para todos os bairros da capital) e; o Terminal Rodoviário Estadual e das vias de ligação para a cidade de Bayeux, Santa Rita e demais municípios do Estado da Paraíba.

A cidade de hoje, em sistema de transporte urbano, passa integralmente pelo centro histórico do Varadouro e com isso se liga a toda a cidade, em seus diferentes bairros. Para quem mora na área do Centro Histórico, incluindo a comunidade do Porto do Capim, se beneficia diretamente, tendo transporte para todos os bairros da capital.

Enquanto algumas parte do Varadouro foram revitalizadas, outras mais proximas e até mesmo dentro da área do antigo Porto do Capim se encontram em completo abandono, sendo construções muito antigas, com riscos de quedas dos imóveis como casarões, galpões e armazéns históricos. Essa é a área com maior conflito entre o poder público que fala em revitalizar o local e dos moradores que já

vivem na comunidade em séculos, com casas de pescadores que sempre eram passadas de avôs, pais e filhos (Figura 8):

Figura 8: Prédios abandonados e a revitalização do Porto do Capim



Fonte: Jairo Ramos, arquivo do autor (2023).

Essa figura 8 mostra um importante processo em disputa que é o de revitalização do Porto, onde deixou moradores super preocupados, devido a sua moradia e o poder público que pretender transformar à área de um importante atrativo turístico histórico de João Pessoa. O grande empecilho visto pelo poder público é a população de baixa renda e tradicional, composta por pescadores e trabalhadores em geral que reivindicam a continuidade de suas moradias na comunidade.

Enquanto o poder público municipal tenta despejar os moradores do Porto do Capim, a comunidade registra e demonstra que tem direitos hereditários sobre a área que foi ocupada pelos seus antepassados como bisavôs, avôs e pais. Essa população, mesmo sendo de baixa renda e vivendo em condições, até certo ponto precárias, tem a consciência e o pertencimento ao lugar e não aceitam serem despejados, desalojados de suas casas, perdendo o contato com o rio, com o mangue, com suas atividades de pesca e até mesmo pela facilidade de morar no centro da cidade, com transporte e muitos postos de trabalho, em especial no comércio do Varadouro.

Enquanto não se tem uma definição e as disputas judiciais estão acontecendo, tanto os moradores, quanto empresas que atuam no ramo turístico, estão explorando

á área, inclusive com passeios em lanchas e outras embarcações que saem da foz do rio Paraíba e rio Sanhauá e chegam até o Centro Histórico de João Pessoa. Também existem os passeios de trem e as visitas aos museus, igrejas, hotéis antigos como o Hotel Globo e outros equipamentos urbanos de padrão arquitetônico dos séculos XVII e XIX. Nas margens do rio, o trapiche e as embarcações disputam o pequeno ambiente de manguezais que tentam se recuperar dos diversos impactos provocados pelo ocupantes deste espaço (Figura 9):

Figura 09: Manguezal e trapiche do Porto do Capim.



Fonte: Cida Alves (2019)

A Figura 9 mostra os mangues do Porto Capim em fase de recuperação e de disputa pela ocupação definitiva desse ambiente. Então, além das disputas pelo controle da área urbano com o sítio histórico do Porto do Campim que marca a fundação de João Pessal, em que o govenro municipal tenta retirar a população tradicional da área, existe uma forte resistência dos moradores tradicionais, que buscam garanti seus direitos de permanecer na comunidade do Porto do Capim.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Gonçalves (2019) o Porto Capim recebia várias embarcações internacionais, mas, com o passar do tempo, isso já não mais acontecia. O polo comercial do Porto do Capim foi deixado de lado pelos políticos, e assim, a decadência foi acontecendo.

A comunidade Porto do Capim passou por todo um processo de revitalização, porém, nesse processo não se dava importância a existência das pessoas que lá estavam, e isso gerou inúmeros conflitos, pois essas mesmas não queriam se evadir do local.

Essa realidade da comunidade Porto do Capim não existe só lá, mas é comum em outras regiões, pois várias famílias residem de forma caótica em áreas em precariedade, longe de coisas importantes como escola, transporte, praças e postos de saúde, assim dificultando uma vida básica de qualidade e de suma importância para a saúde e vidas dos indivíduos.

A cidade tem espaços indiferenciados e de lugares especiais da concretização das relações, vem colocando a exclusão de novos termos e uma articulação generalizada das abordagens mais íntimas da sociedade, na busca de novas ações para não colocando em risco a vida social dos moradores. Isso é primordial para se ter novas condições da realidade social brasileira acredita-se que uma possível remoção dos moradores da comunidade do Porto do Capim causaria um impacto muito grande e desnecessário na vida deles, principalmente pelo fato de que já estão morando nessa localidade há mais de 50 anos.

Também pelo fato da comunidade possuir uma estreita e afetiva relação com a localidade, a sua maioria trabalha na proximidade de onde mora, como são alguns flanelinhas, prostitutas, comerciante, ambulantes e pescadores e muitos dos moradores têm o Rio Sanhauá como um incremento da sua renda familiar nas horas vagas e finais de semana de onde tiram seu sustento através da pesca e passeios turísticos de barco.

No entanto aconteceu inúmeros conflitos nesse processo de gestão e participação da sociedade civil como parte dessa problemática, pois existe essa vontade do governo municipal em revitalizar a área do Porto Capim, mas a reclamação dos moradores surgiu, onde passaram a reivindicar condições dignas de vida e de moradia, bem como o direito.

Dessa forma, uma comissão foi criada por moradores da área, onde eles mostraram que são a favor da revitalização, porém, sem fazer a retirada deles, questionando a condição de invisibilidade social de grupos estigmatizados, a produção do espaço urbano e o próprio modelo de cidade que parece transformar a gentrificação e a turistificação numa “estratégia urbana global”.

É importante perceber como os processos de revitalização em várias cidades históricas é bastante comum suscitar uma percepção, digo uma atenção maior sobre os seus moradores. Porém de forma paradoxal essa atenção súbita está bastante longe de se esforçar a compreender e ouvir as necessidades e demandas dessas comunidades que, até então, encontravam-se esquecidas pelo poder público. No entanto, o que podemos constatar é justamente o contrário.

A população tem se tornado um problema para as aspirações do poder público e não há a necessidade da falta de infraestrutura mínima e adequada, assim como o abandono sofrido por décadas a essa população do Porto do Capim à fim de que o poder público possa sanar as necessidades da localidade. A população é, de fato, um obstáculo nas aspirações de gentrificação do poder público, uma vez que muitos não querem sair do local em que estão há muito tempo.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Vera Lúcia. **As Transformações na Paisagem do Porto do Capim: Leitura de uma paisagem urbana**. 2006. Dissertação de mestrado em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2006.
- AGUIAR, W. H. F. **Cidade de João Pessoa: A memória do tempo**. João Pessoa: Gráfica e Editora Persona, 1992.
- BRASIL**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- _____. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Institui o Código Civil. Código Florestal: seção 2, Brasília. 2012.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo - 2007: Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>>. Acesso em: 20 jul 2021
- CERVO, Luiz Amado; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- FILHO, Antonio Onofre dos Santos. **O fogo de Prometeu nas mãos de Midas: desenvolvimento e mudança social**. In: CAMPOS, Taiane las Casas. Desenvolvimento, desigualdades e relações internacionais. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2005.
- FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Ceará: Universidade. Estadual do Ceará, 2002.
- GIANNECCHINI, Ana Clara, 2020. Disponível em https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10910/1/lphanProgramaMonumenta_cap08.pdf. Acesso em 17 de junho de 2023.
- GONÇALVES**, Regina Célia. **A Comunidade do Porto do Capim e sua luta**. In: Brasil de Fato. 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/04/02/a-comunidade-do-porto-do-capim-e-a-sua-luta/>>. Acesso em: 15 de jul 2021.
- IPHAN. **Cidades Históricas**. s/a. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/245>>. Acesso em: 15 de jul 2021.
- João Pessoa. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Pessoa>. Acesso em: 13 out 2021.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003
- MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba: Lutas e resistência**. João Pessoa: Editora UFPB, 11ª Edição, 2008.
- PESSANHA, Laís Monteiro. **O que caracteriza a pobreza? Entenda o conceito**, 2022. Disponível em <https://www.politize.com.br/conceito-de-pobreza/>. Acesso em 16 de junho 2023.
- PIRES, Roberto Rocha C. **Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas**. Rio de Janeiro : Ipea, 2019.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 1ª Edição, 1978.
- _____. **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 4ª Edição, 2008.

_____. **A urbanização brasileira.** São Paulo: EDUSP, 5ª Edição, 2005.

_____. **Pobreza Urbana.** São Paulo: EDUSP, 3ª Edição, 2013.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuhy Cavalcanti. **Habitação popular e requalificação de centros urbanos: a problemática de João Pessoa – Paraíba.** in: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2007. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=141&Itemid=170>. Acesso em: 15 jul 2021.

SCOCUGLIA, J. B. C. **Abrace o Porto: experiência de participação universidade-comunidade.** VIRUS, São Carlos, n. 17, 2018. [online]. Disponível em :<http://www.nomads.usp.br/virus/virus17/?sec=5&item=92&lang=ptdd> Acesso em 17 de junho de 2023.

SILVEIRA, José Augusto Ribeiro da; **SILVA,** Geovany Jessé Alexandre da. **Ensaio urbanos: configurações e deslocamentos na cidade.** João Pessoa, CCTA, 2018.